

GT 5 – Juventudes e trabalho: desafios na contemporaneidade

JUVENTUDES EM PERSPECTIVA:

Uma análise a partir dos sentidos atribuídos às juventudes nas ações governamentais brasileiras atuais

Ana Carolina dos Santos Albino¹

Ana Paula Serrata Malfitano²

RESUMO

Historicamente, as políticas dirigidas aos jovens no Brasil foram fundamentadas por diversos paradigmas, marcados por visões de tutela e homogeneização que associavam a juventude sobretudo à vulnerabilidade, à delinquência ou à preparação para a vida adulta. Contudo, nas últimas décadas, observa-se um importante avanço: o reconhecimento das juventudes enquanto grupo heterogêneo, sujeito de direitos, ativo e de importante participação social. Esse processo teve como um de seus marcos a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005, que consolidou a compreensão da juventude como público específico, com demandas e questões próprias a serem consideradas nas políticas públicas. A partir disso, este estudo, através das lentes da terapia ocupacional social, propôs-se a analisar os sentidos atribuídos às juventudes nas ações governamentais brasileiras atuais, bem como as percepções que os próprios jovens têm sobre si e suas realidades. Para isso, foram realizadas duas etapas: análise temática das iniciativas de políticas e projetos vigentes em nível nacional, que especificam suas ações para as juventudes; e a aplicação de um questionário semiaberto destinado aos jovens, disseminado via rede virtual. Os resultados apontam que, embora exista um esforço discursivo em direção ao reconhecimento de direitos, as ações permanecem fragmentadas, focalizadas e pouco conectadas ao cotidiano juvenil.

Palavras-chave: juventudes; políticas públicas; imaginário político; terapia ocupacional social.

Data de envio do artigo:

03/12/25

¹ Graduanda em Terapia Ocupacional do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: ana.albino@estudante.ufscar.br

² Professora Titular do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: anamalfitano@ufscar.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge da posicionalidade das autoras, a partir da área de terapia ocupacional, especificamente a terapia ocupacional social (Lopes & Malfitano, 2023), nos desafios de pensar o papel profissional nas políticas públicas junto ao público juvenil. A terapia ocupacional social foi constituída como um campo de conhecimento e ação junto a sujeitos em diferentes situações de desvantagem socioeconômica, buscando desvincular o binômio saúde-doença de manifestações da questão social (Castel, 2003). Ao acompanhar coletivos, sustentar práticas comunitárias e ampliar condições concretas de convivência e circulação (Silva; Oliveira; Malfitano, 2019), o campo tensiona desigualdades e lógicas individualistas, na busca pela valorização da coletividade e de diferentes modos de existir. Neste contexto, atuar de forma ampla com o grupo juvenil significa compreender aprofundadamente o que é ser jovem, para eles próprios assim como para as políticas planejadas para eles.

A definição de diferentes categorias e grupos sociais, como, por exemplo, aquelas associadas aos grupos etários, não é um fenômeno fixo ou universal, mas resultam de processos sociais e históricos que definem o que significa ser “mais jovem” ou “mais adulto” em determinados contextos. Assim, tais noções são moldadas a partir de processos civilizatórios que conduziram a organização da sociedade, sendo que o processo de sua criação, bem como determinados sujeitos se sentem ou não pertencentes a elas, é também subjetivo e mutável (Elias, 1994; Bourdieu, 2003). Portanto, o que entendemos hoje por juventude não corresponde a uma realidade natural, mas a uma construção histórico-social, remetendo ao imaginário sociocultural da sociedade em cada época. Integra este debate, partindo de referências de nosso lugar de reflexão, a terapia ocupacional, perspectivas que realçam os marcadores sociais da diferença (Melo, Malfitano, & Lopes, 2020) e a noção de interseccionalidade, originada no feminismo negro (Ambrosio; Silva, 2022), buscando articular a indissociabilidade de fatores como classe social, raça, gênero e local de moradia no debate acerca do que é ser jovem.

Ao analisarmos o final do século XX e o início do século XXI, percebemos que o conceito de juventude, embora presente em debates acadêmicos e políticos, era pouco explorado ou definido em termos institucionais e legislativos, refletindo-se nas políticas oficiais da época, que davam prioridade à infância. Nota-se que a década de 1980 trouxe diversos acontecimentos que colaboraram para a progressiva transformação deste cenário no Brasil,

como o fim da ditadura, a redemocratização e a subsequente crise econômica que colocaram em destaque questões relacionadas ao trabalho e às condições de vida dos jovens. Nesse contexto, a visibilidade da juventude começou a ser discutida, ainda que de forma inicial, abrindo espaço para ações e reflexões direcionadas especificamente a esse grupo, como evidenciado também pela influência do Ano Internacional da Juventude, proclamado pela ONU em 1985 (Barreiro; Malfitano, 2014).

Nesse sentido, a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 227, abriu caminho para reconhecer crianças, adolescentes e, posteriormente, jovens como protagonistas de direitos, estabelecendo responsabilidades compartilhadas entre família, sociedade e Estado (Brasil, 1988, 2010). Já a partir de 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as políticas passaram a incorporar formalmente esse grupo, apesar de ainda não o explicitar nominalmente, substituindo o Código de Menores (1927, revisado em 1979). Este momento representa uma quebra de paradigma importante historicamente no Brasil, na medida em que o ECA rompe com a antiga legislação de abordagem protecionista e paternalista, que não reconhecia as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, mas sim reforçava suas desigualdades socioeconômicas e os preconceitos visualizados na naturalização da relação pobreza e violência (Perez; Passone, 2010).

Se considerarmos essa perspectiva para analisarmos o processo de inserção deste grupo na agenda política no Brasil, percebemos que a juventude também foi sendo moldada segundo diferentes paradigmas, que expressaram os imaginários sociais predominantes em cada época e orientaram as ações destinadas ao grupo. Como aponta Abramo (2005), ora os jovens foram tratados como etapa preparatória para a vida adulta, ora como problema social a ser corrigido, ora como atores estratégicos do desenvolvimento, até mais recentemente serem reconhecidos como sujeitos de direitos. Esses marcos conceituais revelam não apenas representações hegemônicas sobre os jovens, mas também condicionam os modos pelos quais políticas públicas e instituições estruturaram respostas às suas demandas.

Os anos seguintes à implementação do ECA, por exemplo, quando políticas específicas para a juventude começaram a se consolidar, ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), no qual, nesta área, predominou a perspectiva de prevenção à violência e controle comportamental. Fato que refletia discursos conservadores que culpabilizavam o jovem pelos problemas sociais, sem considerar as causas estruturais da desigualdade. Em 1997, iniciativas como as parcerias com a UNESCO começaram a estimular debates sobre

direitos e participação juvenil, que se intensificaram ao longo dos anos 2000. Já no primeiro governo Lula (2002-2005) emergiu um esforço mais consistente de articular uma agenda política específica para a juventude, reconhecendo-a como público-alvo de políticas sociais e culturais (Barreiro; Malfitano, 2014).

A consolidação dessa agenda foi então fortalecida posteriormente por marcos institucionais e legais mais estruturados, como a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) em 2005, acompanhada do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que buscavam articular programas e ampliar os espaços de participação juvenil. Bem como a promulgação do Estatuto da Juventude em 2013 (Lei nº 12.852), que enfim definiu formalmente os direitos e políticas públicas voltadas aos jovens de 15 a 29 anos, não sem enfrentar muita resistência social no reconhecimento da população juvenil até 29 anos no Brasil e seus respectivos direitos. Esses instrumentos estabeleceram um referencial jurídico nacional para orientar a formulação e implementação de políticas de juventude, legitimando o grupo enquanto categoria social e política específica.

Como parte deste processo, neste período ocorre a ampliação de debates conceituais mais aprofundados sobre o grupo jovem, como evidencia a discussão em torno do termo “juventudes”, no plural. Esse conceito, explicitado no documento “Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude” (Brasil, 2014), apontou a multiplicidade de experiências, trajetórias e necessidades dos jovens, ressaltando que não se trata de um grupo homogêneo. Ao enfatizar as juventudes no plural, o documento contribui para orientar políticas públicas que especifiquem as diferentes realidades vividas por esse segmento da população.

Apesar desses avanços, na esfera política ainda persistiram lacunas importantes, na medida em que este grupo não ganhou no orçamento a prioridade legislativa atribuída, entre debates sociais de quem “merece” ser protegido na sociedade brasileira (Malfitano, 2008). Assim, a trajetória das políticas públicas voltadas à juventude no Brasil evidencia simultaneamente conquistas significativas e desafios ainda presentes, mostrando que compreender a juventude implica considerar tanto suas representações sociais quanto a maneira como o Estado e a sociedade estruturam respostas às suas demandas, perpassando dimensões econômica, política, social e cultural.

No decurso dos últimos anos, verifica-se ainda uma mudança significativa na compreensão das juventudes como categoria social, especialmente quando nos debruçamos sobre as

tendências ideológicas associadas ao neoliberalismo. Enquanto racionalidade política e econômica, o neoliberalismo pontua o papel do Estado como essencial, focando em priorizar a estabilidade monetária e a acumulação de capital em detrimento da proteção social e trabalhista (Anderson, 1995). Sendo que essa lógica produz o enfraquecimento de direitos coletivos e a intensificação das desigualdades. Conduzindo tais princípios normativos à tendência a individualizar e responsabilizar os jovens por suas trajetórias, sem ofertar de fato uma política protetiva, sem sua participação nas decisões normativas, ignorando as desigualdades estruturais que moldam suas possibilidades de vida e, consequentemente, suas experiências (Moraes; Pinto; Magalhães, 2020).

A configuração política, e na sua versão neoliberal, influencia diretamente a (im)possibilidade de vivência da “*moratória juvenil*”, entendida como um período de vivência do ser jovem, sem responsabilidades econômicas e sociais da vida adulta. De acordo com Margulis e Urresti (1996), essa possibilidade está restrita a determinados grupos sociais, uma vez que muitos jovens são precocemente convocados a ingressar no mercado de trabalho para garantir sua própria subsistência e, em alguns casos, também a de outros dependentes. Essa desigualdade revela como a vivência da juventude é atravessada por condições estruturais que limitam o uso de seu tempo e sua liberdade de escolha.

Neste cenário, o neoliberalismo reforça tais restrições. Segundo Canclini (2003), o modelo promove uma modernização seletiva, constituindo um empecilho à participação social equitativa, elemento central da cidadania. Corroborando com a visão da juventude como capital humano a ser explorado, refletindo-se em políticas públicas que priorizam a preparação para o mercado de trabalho em detrimento da participação ativa e da escuta cuidadosa dos jovens. Assim, é fundamental questionar como essas racionalidades têm influenciado não apenas o imaginário político tido sobre os jovens, mas também a formulação, a eficácia das políticas a eles destinadas e o modo como os próprios jovens compreendem suas trajetórias e possibilidades atuais.

No bojo de tais discussões, este trabalho buscou analisar os sentidos atribuídos às juventudes nas políticas governamentais atuais e como dialogam – ou não – com as percepções dos próprios jovens sobre suas realidades, com atenção às formas de participação e inserção social deste grupo.

2 DESENVOLVIMENTO

O estudo foi conduzido em duas etapas complementares. A primeira consistiu em uma análise documental das ações governamentais voltadas às juventudes, com foco no período a partir de 2005, buscando conhecer a organização das políticas a partir da criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Foram consultados sites oficiais do Governo Federal, domínios de ministérios públicos, o Diário Oficial da União, a Biblioteca Digital do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e a plataforma da SNJ, incluindo documentos legais, portarias, decretos, projetos e materiais técnicos. Aplicou-se o método de análise temática (Minayo, 1994), buscando identificar padrões discursivos e categorias de concepção de juventude implícitas às ações governamentais.

Foram mapeadas 27 iniciativas, das quais 19 atenderam aos critérios: i. aqueles que explicitavam potencial benefício às juventudes em sua formulação; ii. que foram criados ou tiveram atualização, reformulação e continuidade a partir de 2005; e iii. que se configuram como ações governamentais vigentes. Estas foram então organizadas em eixos temáticos que demonstram ênfase em algumas áreas como: Educação (7); Profissionalização (4); Cidadania, Participação Social e Política (4); Cultura (3); Trabalho e Renda (2); Esportes (2); Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (2); Saúde (1); Segurança Pública e Justiça (1).

Para análise, retomou-se à categorização proposta por Abramo (2005), que sistematizou diferentes paradigmas sobre a juventude nas políticas públicas brasileiras. O estudo de Abramo evidenciou quatro perspectivas: juventude como período preparatório, juventude como etapa problemática, jovem como ator estratégico de desenvolvimento e juventude cidadã enquanto sujeito das políticas. Essa contribuição revela o imaginário sociopolítico subjacente às ações públicas e orienta a compreensão das concepções de juventude implícitas às iniciativas governamentais.

Com base nos padrões identificados nos documentos analisados e em diálogo com Abramo (2005), definiram-se cinco categorias analíticas a partir do discurso apreendido nos atuais documentos encontrados: “Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva”, “Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional”, “Juventude como agente de transformação social”, “Juventude enquanto sujeito de direitos e

inclusão social” e “Foco em um setor específico”. A distribuição das ações governamentais por categoria é ilustrada na Tabela 1.

Posteriormente, a segunda fase objetivou aproximar-se das percepções dos próprios jovens sobre si e suas realidades, captando dimensões sensíveis não refletidas nos documentos oficiais. Para isso, foi aplicado um questionário online, composto por 20 perguntas distribuídas em cinco blocos: perfil sociodemográfico; condições de vida e acesso a benefícios; rede de apoio e relações sociais; representação política e participação; expectativas de futuro e percepções atuais. Os critérios de inclusão foram: i. estar na faixa etária entre 15 e 29 anos; ii. para os jovens menores de 18 anos, obter previamente a concordância dos responsáveis legais; e iii. fornecer consentimento informado eletrônico, mediante assinatura do termo de aceite online, para participação voluntária e esclarecida.

Tabela 1 - Classificação temática das ações governamentais de juventude vigentes em 2025		
1. Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Trabalhador	2005	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Aprendizagem Profissional - Jovem Aprendiz	2000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Projeto Soldado Cidadão	2004	Ministério da Defesa, com o apoio das Forças Armadas
Programa Rouanet da Juventude	2025	Ministério da Cultura (MinC)
2. Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Universidade para Todos (ProUni)	2004	Ministério da Educação (MEC)
Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	2006	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC)
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Campo e Urbano	2008	Iniciativa interministerial, executada pelo Ministério da Educação (MEC)

Tabela 1 - Classificação temática das ações governamentais de juventude vigentes em 2025

Programa Pé de Meia	2024	Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC)
Rede de Cursinhos Populares (C-POP)	2025	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC).
3. Juventude como agente de transformação social		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Projeto Rondon	1967	Iniciativa interministerial, coordenada pelo Ministério da Defesa
Programa Estação da Juventude	2023	Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com outros ministérios, estados, municípios e organizações da sociedade civil
4. Juventude enquanto sujeito de direitos e inclusão social		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Segundo Tempo	2003	Ministério do Esporte, com parcerias interministeriais
Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	2006	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC)
Programa Saúde na Escola (PSE)	2007	Iniciativa intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Campo e Urbano	2008	Iniciativa interministerial, executada pelo Ministério da Educação (MEC)
Programa Identidade Jovem (ID Jovem)	2013	Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com articulação interministerial e interinstitucional
Programa Estação da Juventude	2023	Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com outros ministérios, estados, municípios e organizações da sociedade civil
Plano Juventude Negra Viva	2024	Ministério da Igualdade Racial (MIR), com articulação interministerial e interinstitucional

Tabela 1 - Classificação temática das ações governamentais de juventude vigentes em 2025

Programa Pé de Meia	2024	Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC)
Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	2025	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com articulação interministerial e interinstitucional
5. Foco em um setor específico		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania 2 (PRONASCI II)	2023	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em articulação com outros ministérios e órgãos governamentais
Programa Bolsa-Atleta	2004	Ministério do Esporte (MESP)

Fonte: Elaboração própria, 2025.

2.1 Categorias analíticas:

2.1.1 Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva

A categoria “Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva” reúne ações que tratam o jovem como força de trabalho em formação. Essa leitura se aproxima do paradigma da juventude como período preparatório descrito por Abramo (2005), no qual a juventude é entendida como transição para a vida adulta e, neste caso com maior ênfase, para o mercado.

As iniciativas agrupadas aqui — Jovem Aprendiz, ProJovem Trabalhador, Projeto Soldado Cidadão e Programa Rouanet da Juventude — têm como eixo central o trabalho, a geração de renda e a profissionalização. Enquanto os dois primeiros investem diretamente na qualificação profissional, o Projeto Soldado Cidadão atua na passagem do serviço militar para a vida civil, apoiando a inserção no trabalho. Já o Programa Rouanet da Juventude orienta o fomento cultural para a formação de novos agentes na economia da cultura, reforçando a ideia do jovem como recurso produtivo.

Apesar de diferenças entre os programas, todos compartilham a lógica de preparar, ajustar e integrar jovens ao sistema econômico. Trata-se de ações compensatórias e focais, voltadas a segmentos que enfrentam vulnerabilidades ou lacunas de qualificação. Assim, essa

categoria expressa uma concepção de juventude centrada na produtividade futura e na individualidade: um sujeito a ser formado para que se torne economicamente ativo.

2.1.2 Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional

A categoria “Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional” se articula à anterior, mas concentra-se na educação e na qualificação acadêmica como principal caminho para o desenvolvimento do jovem. As iniciativas incluídas nesta categoria — ProUni, Pé de Meia, Proeja, ProJovem Campo e Urbano e a Rede de Cursinhos Populares (C-POP) — buscam ampliar o acesso e a permanência no sistema educacional, atuando sobre desigualdades e lacunas de escolaridade. Por exemplo, o ProUni e a Rede C-Pop investem em ensino superior e pré-vestibular como meio de ascensão social e qualificação profissional; o Pé de Meia combate a evasão do ensino médio; e o Proeja e ProJovem possibilitam a conclusão do ensino fundamental para jovens que abandonaram os estudos.

Essa abordagem dialoga diretamente com o paradigma da “juventude como período preparatório” e “juventude como sujeito de direitos” propostos por Abramo (2005), ao compreenderem educação e qualificação enquanto direitos essenciais a serem garantidos pelo Estado que corroboram com a prosperidade futura.

No entanto, apesar dos avanços na escolarização básica, o cenário educacional brasileiro ainda apresenta profundas desigualdades: dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024) indicam que mais de 8 milhões de jovens entre 14 e 29 anos não haviam completado o ensino médio, sendo a maioria homens (59,1%) e negros (72,5%). Esses dados reforçam que a política educacional deve considerar não apenas o potencial futuro do jovem, mas também seu direito presente de acesso e permanência na educação (Melo; Malfitano; Lopes, 2020). Para isto, é preciso ir além de medidas focais, considerando que a permanência escolar também é influenciada por questões estruturais, socioeconômicas e culturais que atravessam a vida dos jovens e condicionam seu engajamento e aproveitamento no sistema educacional.

Assim, as ações desta categoria, ao reconhecer obstáculos estruturais e formular mecanismos para garantir a conclusão dos estudos ou acesso ao ensino superior, revelam que a educação, embora por vezes aliada a lógica de desenvolvimento do capital humano, também é a garantia de novas perspectivas através de um direito fundamental. Assim, mesmo quando

instrumentalizada para a qualificação produtiva, a oferta educativa constitui um ato de promoção de equidade e inclusão social, demonstrando a complexidade do papel das políticas públicas na juventude.

2.1.3 Juventude como agente de transformação social

A categoria analítica “Juventude como agente de transformação social” desloca o foco do jovem como um indivíduo a ser preparado para um sujeito com potencial de atuação política e social plena. Nessa perspectiva, a juventude é reconhecida não apenas como um futuro em construção, mas como um ator capaz de impactar e transformar o presente. Essa perspectiva dialoga diretamente com o paradigma da “juventude como protagonista” descrito por Abramo (2005).

As iniciativas que se enquadram nesta abordagem, como o Projeto Rondon e o Programa Estação Juventude, buscam criar espaços e mecanismos para que os jovens participem ativamente na resolução de problemáticas sociais. O papel do Estado, nesse paradigma, é menos o de provedor de soluções e mais o de facilitador do protagonismo juvenil, promovendo autonomia, participação e emancipação como força para o desenvolvimento.

Contudo, mesmo com seu caráter progressista, essa abordagem apresenta desafios. Como ressalta Abramo (2005), há o risco de que políticas voltadas à participação social acabem por transferir aos jovens a responsabilidade de resolver problemas para os quais o próprio Estado não consegue oferecer respostas efetivas. As iniciativas analisadas, entretanto, indicam uma dinâmica de co-participação, oferecendo subsídios e espaços para atuação juvenil, mas sem centralizar toda a responsabilidade nos jovens.

2.1.4 Juventude enquanto sujeito de direitos e inclusão social

A categoria analítica “Juventude enquanto sujeito de direitos e inclusão social” se apresenta a partir da compreensão do jovem como cidadão com direitos fundamentais que precisam ser garantidos pelo Estado. Destarte, reflete precisamente o paradigma da “juventude como sujeito de direitos” proposto por Abramo (2005), focando na garantia de seus direitos e em sua participação social.

As ações nesta categoria têm como objetivo a inclusão social, por meio do acesso a bens e

serviços essenciais. Nela estão presentes as ações: ID Jovem; Programa Estação Juventude; Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural; Plano Juventude Negra Viva; Programa Segundo Tempo; Programa Pé-de-meia; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Programa Saúde na Escola (PSE); e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Campo e Urbano.

A lógica presente nessas iniciativas, é a de democratizar o acesso e assegurar direitos. O Plano Juventude Negra Viva, por exemplo, reconhece o direito fundamental à vida e à segurança de uma população específica que tem sido historicamente negligenciada. O Programa Segundo Tempo, por sua vez, atua para garantir o acesso ao direito ao esporte e ao lazer como ferramenta de inclusão social, sobretudo em territórios vulneráveis. Já o ID Jovem materializa o direito à mobilidade e ao acesso à cultura e ao esporte ao fornecer um documento que assegura o acesso de jovens de baixa renda a eventos e transportes, dentre outras disposições. Em sua essência, a categoria reflete uma atuação do Estado que intenciona mitigar desigualdades e assegurar que as juventudes tenham acesso à cidadania.

Esta perspectiva representa um avanço fundamental, ao reconhecer que o jovem não é um problema a ser resolvido, uma expectativa de mudança ou um futuro a ser preparado, mas um indivíduo com direitos e deveres garantidos pela Constituição. As políticas nesta categoria são, portanto, parte da luta pelo reconhecimento desses direitos, elas se afastam da visão instrumental e focam numa perspectiva de garantia de direitos e de cidadania.

2.1.5 Foco em um setor específico

A categoria analítica “Foco em um setor específico” é expressa por ações que revelam um enfoque setorial das políticas sociais ofertadas aos jovens, mas sem necessariamente tratar o grupo, suas características, realidades e demandas enquanto prioridade. Difere-se das noções anteriores, uma vez que nesta categoria a intervenção é unilateral e direcionada, visando alcançar um resultado a partir de ações setoriais.

Essa visão está presente em programas como o Pronasci II e o Programa Bolsa-Atleta. O Pronasci II, por exemplo, atua para reduzir a violência e a criminalidade, tomando a juventude como o principal público-alvo para suas ações de prevenção, correndo risco até mesmo de alinhar-se ao paradigma de “juventude como etapa problemática” de Abramo (2005). Apesar de promover os direitos humanos e uma cultura de paz, o programa opera a

partir de uma lógica de intervenção, tomando a juventude como o principal público para ações de prevenção à criminalidade. O programa parece agir sobre a juventude, em vez de empoderá-la e envolvê-la na transformação social com engajamento crítico.

O Bolsa-Atleta, por sua vez, enfoca atletas de alto nível, compreendendo o jovem como um recurso que recebe investimento para atingir a excelência esportiva e gerar resultados para o país. Apesar de possuir um recorte socioeconômico, o programa não tem integração, por exemplo, com as bases do esporte, ignorando o ponto inicial de acesso e a desigualdade social que impede muitos jovens de sequer vivenciarem a prática esportiva para então se tornarem aptos à excelência. Em ambos os casos, a lógica subjacente é a mesma: a juventude é o meio para alcançar um fim maior, seja a segurança pública ou o alto rendimento esportivo.

2.2 Aplicação do questionário: perspectivas juvenis

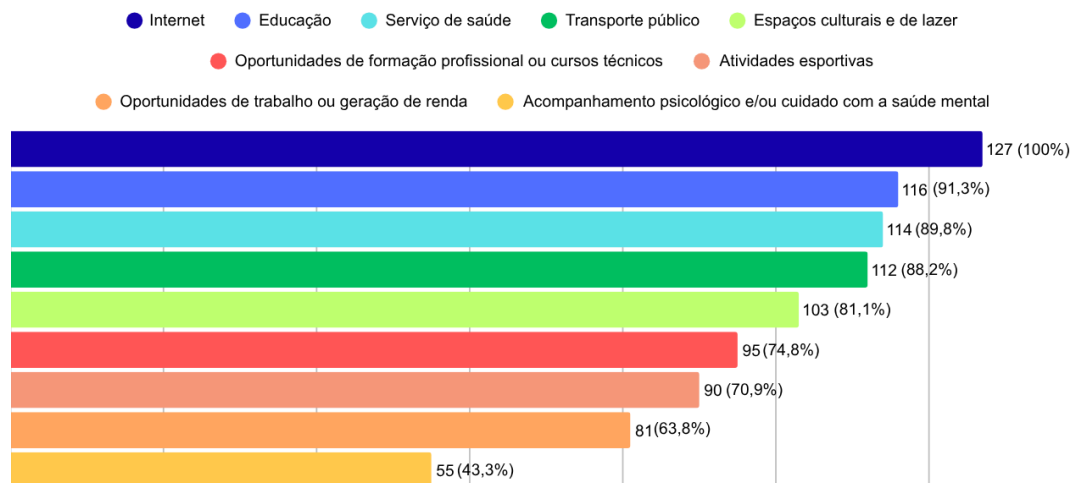
Ao buscarmos pela percepção dos jovens, na tentativa de aproximação de suas realidades, obtivemos um total de 127 respostas válidas. Entre os participantes, 96,9% residiam em área urbana, 55,1% tinham entre 18 e 24 anos, 62,2% se identificaram como do gênero feminino, 63,8% declararam-se brancos e 55,9% indicaram a principal fonte de renda como familiar. Aponta-se que o perfil descrito deve ser considerado na interpretação dos resultados, uma vez que reflete um recorte parcial das juventudes brasileiras. Fato que aponta uma das limitações deste estudo, tendo em mente que a divulgação do questionário — apesar de ter atingido 29 cidades diferentes, abrangendo nove estados do país — se deu majoritariamente a partir de redes vinculadas à universidade, mesmo não se restringindo a este meio.

Em relação às ocupações dos participantes, que podiam assinalar mais de uma devido à multiplicidade de atividades nessa fase da vida, 61,4% indicaram que estudam. Entre esses, 44,4% dedicam-se exclusivamente aos estudos, enquanto 40,3% conciliam os estudos com outras atividades, como por exemplo trabalho, formal ou informal, e estágio. É interessante notar que mesmo alguns tendo apontado o trabalho como parte expressiva de suas atividades, houve a indicação de outras fontes de sustento. Demonstrando, assim, que as ocupações desempenhadas nem sempre correspondem às fontes de subsistência, que frequentemente envolvem diversas estratégias de inserção econômica.

Quanto ao acesso a determinados serviços sociais, todos os participantes assinalaram ter acesso à internet e, entre as alternativas disponibilizadas no questionário, o acesso a

acompanhamento psicológico foi a de menor adesão (43,3%), conforme ilustra a figura 1. Através dos resultados observa-se que, mesmo em uma escala reduzida, o alcance a tais elementos não é homogêneo na vida dos jovens, o que evidencia desafios ainda maiores em escala populacional.

Figura 9. Acesso à serviços, direitos e oportunidades



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

Na décima pergunta, ao investigar se os jovens já haviam deixado de realizar atividades devido a limitações econômicas, de segurança ou de oportunidade, cerca de 78% relataram ter enfrentado tais restrições, indicando que fatores estruturais ainda impactam de forma significativa a participação e o acesso desses jovens a diferentes espaços e experiências. As respostas citadas abrangeram diversas áreas da vida, tais como educação, trabalho, esportes, cultura e lazer.

Entre outras questões, destaca-se o desconhecimento que os jovens têm sobre políticas públicas voltadas para si. Ao perguntarmos ‘Você conhece alguma ação governamental, política pública ou programa do Brasil para a juventude?’, 61,9% afirmaram não conhecer nenhuma iniciativa. Esse resultado evidencia o distanciamento entre as ações formuladas e os destinatários e uma possível baixa visibilidade das ações, sugerindo que as juventudes continuam sendo vistas predominantemente como público-alvo passivo, em vez de sujeitos ativos e participativos que devem ser estimulados e engajados na construção e implementação dessas políticas.

Ademais, ao investigar como os participantes concebem e percebem a própria juventude,

observou-se que apenas metade reconhece a juventude como um grupo diverso e multifacetado, embora as respostas apresentem interpretações variadas. A maioria entende essa fase da vida como um período de formação (79,5%) e de transição para a vida adulta (80,3%), refletindo um imaginário social que ainda prioriza a preparação dos jovens para o futuro, em detrimento de suas vivências presentes. Essa perspectiva se evidencia inclusive nas respostas sobre limitações vivenciadas: muitos jovens relatam ter deixado de realizar atividades de lazer, autocuidado ou convivência social, dimensões frequentemente secundarizadas em uma sociedade que prioriza a produtividade e o desempenho individual.

Por fim, em abordagem aos sonhos e metas, houve a predominância do desejo por estabilidade financeira (30,7%), apesar da variedade de respostas que traduzem a heterogeneidade dessa população. Este dado evidencia, portanto, o peso das condições socioeconômicas na definição de seus projetos de vida e trajetórias, refletindo a centralidade do trabalho e da renda como elementos estruturantes na sociedade contemporânea. Quanto aos obstáculos para a realização de seus desejos e à vivência da juventude, a maioria dos participantes indicou a falta de tempo livre devido a responsabilidades com trabalho, estudos e outros compromissos (36,5%), conforme ilustrado na Figura 14. A segunda barreira mais mencionada (14,3%) foi a pressão para “ser adulto” rápido demais. Esses resultados reforçam a percepção da juventude como fase de preparação, ou mesmo como ‘capital humano’, em detrimento de experiências voltadas ao lazer, cuidado e convivência social.

2.3 Discussão: limites e contradições das ações públicas com as juventudes

A análise empreendida permitiu identificar que, embora as ações governamentais tenham avançado e busquem, de forma multifacetada, atender às demandas da juventude, estas frequentemente se mostram contraditórias, fragmentadas e com pouca articulação entre si. Identifica-se uma oscilação entre o reconhecimento dos direitos das juventudes, a necessidade de capacitação — seja acadêmica ou para o mercado de trabalho —, o fomento ao engajamento sociopolítico e a própria falta de reconhecimento de suas especificidades, que muitas vezes falha em efetivar a incorporação das múltiplas vivências juvenis. As iniciativas, ao adotarem uma lógica focalizada, demonstram um obstáculo às complexas interseccionalidades que atravessam as juventudes, indicando que a universalização — apontada por autores como Barreiro e Malfitano (2014) como horizonte de uma política efetiva de juventude — ainda não se concretizou.

Tal cenário se reflete nas respostas ao questionário que evidenciam os limites das políticas analisadas: a fragmentação e a lógica focalizada tornam-se visíveis quando 78% dos jovens relatam ter deixado de realizar atividades por restrições econômicas, de segurança ou de oportunidade. Somado a isso, tem-se o distanciamento entre formulação e experiência vivida, expresso pelo fato de 61,9% dos participantes não conhecerem nenhuma política de juventude, revelando baixa visibilidade institucional e frágil participação social. Ademais, a própria compreensão dos jovens sobre o que é ser jovem, traz enfoque na formação e transição para a vida adulta (79,5% e 80,3%, respectivamente), junto às barreiras como falta de tempo e pressão para “ser adulto”, confirmam a persistência de um imaginário produtivista que atravessa tanto as políticas quanto as vivências juvenis.

Além disso, num panorama geral das ações, nota-se considerável ênfase na atuação voltada à mitigação das desigualdades sociais e econômicas, em programas como por exemplo: ID Jovem, Pé de Meia, ProUni, dentre tantos outros com enfoque socioeconômico. Este direcionamento revela uma atuação que, embora esteja centrada na reparação de discrepâncias estruturais, reconhece a atual complexidade do contexto em que se inserem as experiências juvenis. Essa constatação se insere em uma conjuntura social marcada por expressivos índices de exclusão: de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), aproximadamente 10,9 milhões de jovens, entre 15 e 29 anos, encontravam-se fora da escola e do mercado de trabalho, o que representa cerca de um em cada cinco jovens no país. Assim, torna-se essencial considerar as desigualdades de acesso na formulação de ações contextualizadas, ao mesmo tempo em que se reafirma a importância de uma política universal que dialogue com medidas focais destinadas a grupos historicamente vulnerabilizados.

No entanto, embora haja avanços no reconhecimento das vulnerabilidades sociais que atravessam essa população, parte das ações ainda se organiza sob uma lógica focalizada e compensatória, que tende a responder mais às expressões dos problemas do que às suas determinações estruturais. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas mais integradas e inclusivas, que considerem a diversidade de experiências juvenis e reconheçam a juventude no presente, não apenas como um capital humano a ser preparado para o futuro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre políticas para a juventude perpassa diretamente a dualidade presente no imaginário social acerca das juventudes entre o avanço na direção do reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos e a permanência de abordagens que pouco dialogam com a complexidade de suas existências. Este dado pode ser compreendido como uma pista para pensarmos a implementação de tais ações e a orientação da prática profissional junto a esse grupo. Faz-se necessário refletir que essas constatações se inserem em um cenário mais amplo, alinhado a uma racionalidade neoliberal que tende a individualizar responsabilidades: ao enfatizar a empregabilidade e o trabalho como vias principais de inserção social, além da capacitação e da preparação do jovem para o futuro, desloca-se o olhar das determinações estruturais da vulnerabilidade e reforça-se a ideia de que cabe ao indivíduo gerir seus riscos e fracassos. O que não significa dizer que não são necessárias oferta de ações públicas de formação aos jovens, mas sim que seu desenho metodológico, com ênfase no papel dos profissionais, deveria perpassar reflexões acerca da individualização do desafio de manutenção da vida do mundo contemporâneo e outras visões sobre o que é ser jovem que poderia acompanhar tais ações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro.** ABRAMO, H. W. e LEÓN, O. D. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, p.19-35., 2005. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.
- AMBROSIO, L.; SILVA, C. R. **Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 30, p. e3150, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN241431501>. Acesso em: 04 set. 2025.
- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- BARREIRO, R. G.; MALFITANO, A. P. S. **Retrato das Políticas Públicas Governamentais Brasileiras para a Juventude nos anos 2000.** *Ultima década*, v. 22, p. 133-157, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362014000100007>. Acesso em: 04 set. 2025.
- BRAGA, H. P. **Individualização e neoliberalismo: uma contribuição à investigação da emergência do neoliberalismo.** *Revista Katálisis*, v. 27, p. e97378, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97378>. Acesso em: 04 set. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude** / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- CANCLINI, N. G. **Reconstruir políticas de inclusão na América Latina**. In: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO BRASIL, 2003. p. 21-38.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 4 ed., 2003.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- CARVALHO, F. X. de; NOMA, A. K. **Políticas públicas para a juventude na perspectiva neoliberal: a centralidade da educação**. *Roteiro*, v. 36, n. 1, p. 167-186, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3519/351961815009.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann; revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2 v, 1994.
- LOPES, R.E.; MALFITANO, A.P.S. (Orgs.), **Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos**. 2ª ed., São Carlos, SP: EdUFSCar, 2023.
- MARGULIS, M., & URRESTI, M.. **Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud**. Buenos Aires : *Biblos*, 1996. Disponível em: https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf. Acesso em: 04 set. 2025.
- MELO, K. M. M. de; MALFITANO, A. P. S.; LOPES, R. E. **Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social**. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 3, p. 1061-1071, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1877>. Acesso em: 09 set. 2025.
- MINAYO M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MORAES, R. F. de, PINTO, J. do N. R., & MAGALHÃES, B. A. C. **Estado neoliberal e juventudes**. *Brazilian Journal of Development*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-260>. Acesso em: 04 set. 2025.
- NOVAES, R. **O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites**. In: MONTECHIARE, R.; MEDINA, G. (Orgs.). *Juventude e educação: identidades e direitos*. São Paulo: FLACSO, 2019. p. 6-18. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2019/02/Juventude_educacao.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.
- PEREIRA, C. E.; MORAIS, C.; SERRANO, P. H. S. M. **Avaliações de Usuários do Aplicativo “gov.br” como Base para Análise de Usabilidade**. *Brazilian Journal of Information Science*:

research trends, [s. l.], v. 18, e024037, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.36311/1981-1640.2024.v18.e024037>. Acesso em: 04 set. 2025.

REIS, D.S. **A arte neoliberal de governar e a teoria do capital humano: Perspectivas críticas em educação e trabalho.** *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 1076–1093, 2020.. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riac/article/view/54596>. Acesso em: 10 set. 2025.

SILVA, A. C. C. da; OLIVER, F. C. **Participação social: teoria e prática na formação graduada em Terapia Ocupacional.** *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, [s. l.], v. 28, p. e240179, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.240179>. Acesso em: 07 set. 2025.

SPOSITO, M.P. e CARRANO, M. C.R. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, v.24, p.16-39, 2003.